

## DIVERSIDADE E DIFICULDADES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DE DISCENTES TUTORES E SEUS TUTORADOS NO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO/ NAI UFPEL

**MARTA CAMPELO MACHADO<sup>1</sup>; GABRIEL BASILIO DE CAMPOS<sup>1</sup>; TALITA  
MASTRANTONIO<sup>2</sup>; MÍRIAN PEREIRA BOHRER<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas1 – [mtcampelo@gmail.com](mailto:mtcampelo@gmail.com) 1

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas1 – [basiliodecampos@hotmail.com](mailto:basiliodecampos@hotmail.com) 1

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [talitamastrantonio@msn.com](mailto:talitamastrantonio@msn.com) 2

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas– [nai.ufpel.aee@gmail.com](mailto:nai.ufpel.aee@gmail.com) 3

### INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, pesquisas sobre os conceitos de inclusão e exclusão, vêm se tornando cada vez mais frequentes entre professores e gestores. A educação deve primar pela qualidade de todos (as) os (as) alunos (as), mas encontra em seu caminho muitos obstáculos e que lamentavelmente e historicamente o gênero, o social, a etnia e raça, tão presentes na sociedade brasileira, que, lamentavelmente, acumulam exclusões e contradições históricas marcadas por políticas públicas inconsistentes. Quando se aborda o tema educação de pessoas com necessidades educacionais, o cenário da exclusão fica mais evidente, constatando-se o vazio histórico que está relacionado com as políticas públicas destinadas a esse público e principalmente àqueles (as) que tem o sonho e o interesse de entrar para universidade, motivo pelo qual o processo de inclusão, tão discutido e trabalhado nestes últimos anos, vem tendo maior expressão.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é que o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência passa a ser ofertado preferencialmente na rede regular de ensino e, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, a educação especial passa ser concebida como uma modalidade de educação escolar. Neste sentido, Almeida (2002) nos diz que o acesso ao ensino fundamental no Brasil está praticamente assegurado a todas as crianças e jovens.

No entanto, a abertura da escola não veio acompanhada de transformações capazes de alterar suas formas de organização e funcionamento, de assegurar condições de trabalho, salário e formação dos professores, comprometendo sua mudança qualitativa. A permanência na escola graças apenas à ausência de reprovação ao longo do ensino fundamental não está assegurando aos alunos uma aprendizagem efetiva. A manutenção das práticas educativas, da estrutura e da cultura tradicionais faz com que a escola ofereça um ensino aligeirado, contribuindo para preservar a situação de exclusão vivida pelos segmentos menos favorecidos economicamente. (ALMEIDA, 2002, p. 63).

Os (as) professores (as) não estão alheios à inclusão dos (as) alunos (as) com deficiência na Universidade e demonstram cuidados referentes às especificidades educacionais dos (as) estudantes, mas ao conversar com este alunado a queixa geral é que alguns docentes hesitam em se aproximar e discutir abertamente os encaminhamentos didático-pedagógicos necessários aos mesmos, o que interfere diretamente nos seus processos de ensino-aprendizagem. Atualmente já se sentem mudanças nas atitudes de professores (as) universitários (as) relacionadas com alunos (as) com deficiências, manifestando interesse em adquirir informações relacionadas com estes

estudantes e demonstrando atitudes significativamente mais positivas em relação ao aluno especial. Com relação às principais dificuldades e limitações encontradas na Universidade que possam interferir na permanência e na inclusão destes (as) alunos (as), apontam situações que merecem estar sempre sendo revisadas, principalmente no que se refere à acessibilidade, física neste caso estrutural, bem como pedagógica.

### **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada, no primeiro momento, consiste na seleção dos bolsistas tutores pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão/ NAI, seguindo a proposta de realização de encontros para fins de orientar as tutorias junto aos acadêmicos com deficiência, TEA (Transtorno do Espectro Autista), Altas Habilidades / Superdotação, sendo que a tutoria é realizada entre pares, auxiliando assim os estudos e auxiliando a organização da vida estudantil, desenvolvendo atividades específicas para que o cotidiano do aluno (a) flua da melhor maneira possível, facilitando a sua adaptação e inserção na vida acadêmica: artística, cultural e política.

O NAI propicia como metodologia a seus tutores, reuniões, encontros para formação continuada, com discussões e relatos das experiências, troca de dúvidas e sugestões, estudos, pesquisas.

### **DISCUSSÕES**

A experiência é extremamente importante à medida que possibilita a obtenção de um panorama geral da condução do ensino, além de conferir a aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para guiar a vivência entre universidade, professor (a) e aluno (a) com deficiência. A experiência de ensino e aprendizagem vivida por tais alunos (as) durante o ciclo educativo é pautado nos ensinamentos e também nas relações, na qual a relação dos (as) docentes com os (as) estudantes não deve ser vertical e hierarquizada, centrada na figura do (a) professor (a). Desta forma a aquisição de uma postura docente crítico-reflexiva, no trabalho desenvolvido com os (as) alunos (as) com algum tipo de deficiência, precisam contribuir na formação de um sujeito analítico, ponderado e político, sobre a prática profissional docente, onde todos (as) sejam beneficiados (as) com o entendimento de que não há mais espaço para seguirmos um trabalho pedagógico baseado nos princípios excludentes. O aluno (a) que apresenta uma deficiência e ingressa no ensino superior, é diferente do educando do discurso político, ele vem com um mundo próprio e uma identidade muito singular, o docente precisa vivenciar como educador uma visão cognitiva diferente, necessita conhecer um universo pouco explorado e que resulta em diversas possibilidades de aprendizado. Por este motivo o conhecimento do professor deve aprimorado e aberto a estes alunos (as) faz-se necessário conhecer as necessidades, compreender e saber como estimular este enorme potencial que existe em cada um destes alunos (as).

### **CONCLUSÕES**

Perceber nossos colegas tutorados, buscando e aplicando o conhecimento teórico adquirido em discussões, sendo aprovados nas disciplinas, analisando, intervindo e tendo voz é extremamente gratificante. Acreditamos que o (a) Bolsista-Tutor (a) exerce o papel de estimular o desenvolvimento intelectual tutorado (a) e facilitar a sua aprendizagem, incentivando-os (as) a buscar respostas as suas perguntas por meio da literatura científica para depois discutirem a solução, visando assegurar uma educação de qualidade, conseguindo assim obter a formação de alunos (as) mais críticos e reflexivos, que saibam buscar pelo conhecimento, que aprendam a pensar de forma associativa e que tenham consciência de que o conhecimento é essencial para a inclusão.

Dessa forma, compartilhamos da ideia de que a Educação Universitária de qualidade não pode consistir unicamente na transmissão de conhecimentos professor-aluno, e sim se orientar na formação de profissionais capazes de buscar seu próprio aprendizado.

A inclusão tem sido um tema que mobiliza a Educação em todos os níveis e modalidades. Moreira (2005) chama a atenção para o papel inegável que a Universidade possui em não ser indiferente frente à diferença, assumindo, dessa forma, um compromisso, uma dívida pública.

A experiência nos trouxe um comprometimento com a construção de uma prática profissional docente enriquecedora. Nesse sentido, o Núcleo Acessibilidade e Inclusão (NAI), inquestionavelmente, exerce grande importância na formação de alunos (as) com deficiência e necessidades especiais, pois abre espaço para que esses futuros profissionais desenvolvam-se, buscando estratégias para a implementação de uma nova proposta pedagógica inclusiva. Incluir é tratar com gentileza, respeito e cuidado, é integrar a responsabilidade de ensinar e formar um cidadão que cresça voluntariamente nos caminhos profissionais com visão de que o mundo lhe pertence também, que conquistar também lhe é passível, e essa caminhada é mais justa e menos árdua é quando se encontra pelo caminho, leis que amparam e pessoas que os (as) recebam de braços abertos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

ALMEIDA, M. I. de. **Ações organizacionais e pedagógicas dos sistemas de ensino: políticas de inclusão?** In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. de. Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOREIRA L. C. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais as práticas pedagógicas**. São Paulo: USP, 2004. Tese (Doutorado em Educação. Faculdade de educação de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **In(ex)clusão na Univesidade: O aluno com necessidades educacionais especiais em questão**. Disponível em [Http://www.calx.ufsmb.br/revce/ceesp/2005/01/a3.htm](http://www.calx.ufsmb.br/revce/ceesp/2005/01/a3.htm). acesso em 06 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.296, 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis N° 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, D±, 2004. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2004/5296.htm>>. Acesso em: 08/07/2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasil - leira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 23 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da edu - cação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil . Brasília, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP n. 1, de 19 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em



nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 fev. 2002. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf)>. Acesso em: 08/07/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior de 2007: alunos portadores de necessidades especiais: Dados Estatísticos por cursos de graduação presenciais, por Instituição da Educação Superior. Brasília: INEP, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

\_\_\_\_\_. Programa Incluir. Edital nº 3, de 26 de Abril de 2007. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria Ministerial n. 1.679/99. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade à pessoa portadora de deficiência para instruir processos de auto-regularização e reconhecimento de cursos e de credenciamentos de instituições. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Portaria Ministerial n. 1.793/94. Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências. Brasília, 1994.